

EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012 FMS REGISTRO DE PREÇOS

A Comissão de Licitação do Município de Vitor Meireles – Santa Catarina, situada na Rua Santa Catarina, nº 1122, Centro, informa que se encontra aberta **licitação na modalidade pregão**, do tipo, menor preço, por item com a finalidade de selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de **MATERIA DE LIMPEZA E MATERIAIS DE EXPEDIENTE**, cujas especificações detalhadas encontram-se no **Anexo I** que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 092/2006, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: às 14h00m do dia 17/05/2012;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00m do dia 17/05/2012, no AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles ou pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- **Telefone: (47) 3258-0211**
- **E-mail: compras@vitormeireles.sc.gov.br**
- **Endereço: Rua Santa Catarina, 1122 - Centro, CEP 89.148-000 Vitor Meireles/SC**

Vitor Meireles (SC), 03 de maio de 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

IVANDRO ANZINI
Pregoeiro

PREGÃO N° 003/2012 FMS

O Município de Vitor Meireles, por intermédio do Pregoeiro, nomeado pela Portaria n° 003/2010, de 28 de Janeiro de 2010, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal n° 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal regulamentar n° 92/2006, Lei Complementar 123/2006 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **menor preço/por itens**.

A documentação e proposta relativas à licitação serão recebidas, às **14h00m do dia 17/05/2012**, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, na sede da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Rua Santa Catarina, n° 1.122, bairro centro, município de Vitor Meireles. Telefone (047) 3258-0211.

Os licitantes deverão apresentar, na data e horário acima, dois envelopes devidamente fechados, contendo no ENVELOPE N° 01 a proposta comercial, conforme solicitado no item 04 deste Edital, e no ENVELOPE N° 02 a documentação comprobatória de sua habilitação, solicitada no item 04 deste Edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, os seguintes dizeres:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE PREGÃO N° 003/2012 ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA COMERCIAL	A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES PREGÃO N° 003/2012 ENVELOPE N° 02 – DOCUMENTAÇÃO
--	---

1.0 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de **MATERIA DE LIMPEZA E MATERIAIS DE EXPEDIENTE** conforme especificações e quantitativos constantes do **ANEXO I**.

1.2 A existência de preços, registrados, não obriga o a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4°. da Lei n°.8.666/93.

2.0 DA HABILITAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que para habilitação entreguem os seguintes documentos:

2.1.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e,

no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

2.1.3 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.2 Regularidade Fiscal:

2.2.1 Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante o INSS, FGTS e CNDT, do domicílio ou sede da empresa;

2.3 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação na imprensa oficial, nos termos da legislação.

2.4 No caso de comprovante de regularidade fiscal ou de cadastramento, será aceito o documento obtido na rede de Internet, condicionando-se que o mesmo venha a ter sua autenticidade confirmada pela Equipe de Apoio (em sessão pública), consoante legislação.

2.5 A documentação prevista nos subitens 2.1, 2.1.2, 2.1.3 poderá ser substituída por Certificado de Registro Cadastral, emitido por órgão ou entidade pública, nos termos do artigo 32 §3º da Lei nº 8666/93.

2.6 Atendam às condições deste Pregão e apresentem os documentos nela exigidos;

2.6.1 Não estejam sendo submetidas a processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou hajam sido suspensas de licitar no âmbito deste Município, e/ou declaradas inidôneas pela Administração Pública.

2.7 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação (ANEXO III);

2.8 Declaração do licitante de que não possuir em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) (ANEXO IV).

2.9 Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios.

3.0 DO CREDENCIAMENTO

3.1 Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, será o único admitido a intervir nas fases do pregão, respondendo por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.2 Por credencial entende-se:

3.2.1 Habilitação do representante com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, mediante instrumento público de procuração ou instrumento particular **(Anexo II)**, **acompanhado do documento, descrito na alínea a seguir**, para aferir-se a capacidade do outorgante;

3.2.2 Documento comprobatório de capacidade para representar a empresa (**CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE**), no qual estejam **expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura**, no caso de titular da mesma.

3.3 O documento que credencia o representante deverá ser entregue separadamente dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

3.4 A não apresentação do documento de titularidade (CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE) ou credenciamento ou a incorreção desses impedirá a empresa de participar da licitação.

3.5 Na hipótese do representante legal da empresa licitante apresentar procuração pública, ainda assim deverá apresentar o CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE.

3.6 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, conforme artigo 43 da Lei Complementar 123/2006.

3.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias

úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

4.0 DA PROPOSTA.

4.1. A proposta apresentada com observância das seguintes exigências:

- a) Impressa por processo eletrônico, em língua portuguesa, sem alternativas, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, preenchidas na forma do PROGRAMA (LICITA.EXE), disponibilizado pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, através do site: www.vitormeireles.sc.gov.br.

I - Depois de instalado o programa LICITA.EXE, “impor” o arquivo FORNEC.ZIP, que estará disponível a partir da data de publicação deste Edital nas dependências da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, ou por solicitação através do e-mail compras@vitormeireles.sc.gov.br.

II – após informar os valores dos itens, imprimir a proposta, e clicar em “exportar”, gerando o arquivo .ZIP, que deverá ser entregue em mídia digitalizada (CD ou Disquete) no ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA.

- b) ser, carimbada e assinada todas as vias, pelo representante legal da empresa.

4.3 Havendo divergência entre o preço unitário e total prevalecerá o unitário e, existindo divergência entre o preço em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

4.4 Dos preços cotados os mesmo não poderá ultrapassar o preço máximo, sendo que já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, deslocamentos, instalação e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4.5 - Terão suas propostas desclassificadas as licitantes que apresentarem a mesma em desacordo com o solicitado, exceto por problema técnico da mídia apresentada.

5.0 DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

5.1 Apresentação do Pregoeiro e a Equipe de Apoio.

5.2 Credenciamento das empresas.

5.3 Abertura da sessão, sendo esta declarada pelo pregoeiro. A partir desse momento não será permitida a participação de licitantes retardatários.

5.4 Recebimento dos envelopes de propostas de preço e de documentação de habilitação.

5.5 Abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, análise da conformidade das propostas, cujos preços as possibilitem passar à fase de lances, com os requisitos estabelecidos no Edital e posterior rubrica das folhas.

5.6 Divulgação, pelo Pregoeiro, dos preços para registro em ata, bem como para conhecimento e acompanhamento por todos os presentes.

5.7 Divulgação, pelo Pregoeiro, das propostas classificadas. Propostas de melhor preço e as com preços até 10% (dez por cento) superiores a de menor preço. Não havendo pelo menos três propostas nessas condições, serão escolhidas as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

5.7.1 Caso haja empate o sistema determinará a ordem dos lances.

5.8 Em seguida o Pregoeiro dará início à etapa de lances verbais, convocando os licitantes classificados a apresentar lances verbais, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, iniciando-se pela última empresa classificada.

5.8.1 É vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como superior ao menor preço praticado no momento do lance.

6.8.2 Dos lances ofertados não caberá retratação, poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

5.8.3 A apresentação dos lances é facultativa, sendo que a desistência por parte do(s) licitante(s), quando da convocação pelo pregoeiro, implicará na manutenção do último preço praticado.

5.9 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

5.10 Abertura do envelope e análise da documentação de habilitação da empresa que ofertou o menor preço.

5.11 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente na ordem de classificação.

5.12 O Pregoeiro informa o resultado da análise e comunica que a proposta e a documentação da licitante vencedora encontram-se à disposição dos licitantes.

5.13 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.13.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

5.13.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item

5.13 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item

5.14, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.14 Para as empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 minutos.

5.15 Nas situações previstas nos subitens 5.9 e 5.11, o pregoeiro poderá negociar diretamente como o proponente para que seja obtido preço melhor.

5.16 Não havendo manifestação oportuna de intenção de recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto.

5.17 Devolução dos envelopes de documentação de habilitação dos licitantes não participantes da fase de lances.

5.18 Leitura da Ata e assinatura pelos licitantes presentes, pregoeiro e equipe.

5.19 Encerramento da sessão.

6.0 DO JULGAMENTO

6.1 No julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço por item, observadas as exigências estabelecidas neste Edital.

7.0 DA IMPUGNAÇÃO

7.1 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital.

7.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<i>Código Dotação</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dotação Utilizada</i>
8	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10	SAUDE	
301	ATENCAO BASICA	
7	SAÚDE PARA TODOS	
2011	MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA MEDICA-	
3390302100	MATERIAL DE COPA E COZINHA	
16400	Atenção Básica	
8	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10	SAUDE	
301	ATENCAO BASICA	
7	SAÚDE PARA TODOS	
2011	MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA MEDICA-	
3390302200	MATERIAL LIMPEZA E PROD DE HIGIENIZACAO	
16402	Atenção Básica - Cofinanciamento Estado	

9.1 As despesas com a execução do objeto desta licitação correrão à conta das Dotações à cima citadas.

9.2 Para fazer face às despesas serão emitidas Notas de Empenho pelo Departamento de Administração, Planejamento e Controle.

10 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

10.1 O Pagamento será realizado em até 15 dias, de acordo com as entregas e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

10.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

11 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1 - As licitantes vencedoras deverão entregar no prazo máximo de 02 dias úteis sendo que a entrega será parcelada nos endereços dos imóveis públicos que esta sendo reformado, de acordo com a solicitação da Secretaria.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:

12.1 A Ata de Registro de Preços não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12.2 Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

12.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e Artigo 4º.

12.4. A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.4.1. A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

12.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser

dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

12.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no Artigo 15, Parágrafo 2º. da Lei nº. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

12.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no Artigo 62 da Lei nº. 8.666/93.

13 DAS SANÇÕES

13.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados na Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas na ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a conseqüente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a conseqüente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

13.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

13.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

14 DOS RECURSOS

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de cinco dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 Decairá do direito de recorrer, o licitante que não se manifestar imediatamente e **motivadamente** no momento em que o Pregoeiro declarar o vencedor.

14.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1 A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.2 É vedada a subcontratação, parcial ou total, de empresa para o fornecimento do objeto deste Edital.

15.3 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

15.4 O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, da Lei 8.666/93.

15.5 Qualquer esclarecimento sobre o presente Edital poderá ser obtido no horário de 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, com o Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, à Rua Santa Catarina, nº 1.122 – ou pelo telefone (47) 3258-0211.

15.6 Os ANEXOS I, II, III e IV, são partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

Vitor Meireles/SC, 03 de maio de 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

IVANDRO ANZINI
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. PARTE I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

<i>Item</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>	<i>Descrição</i>
00001 00000	50,00	UN	ACUCAR REFINADO PACOTE DE 01 KILO
			Vlr Máx.Unit: 2,5000
			Cotação Máx.: 125,0000
00002 00000	100,00	UN	CAFE EM PO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO CO M 500 GRAMAS E ESTA ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PAPEL
			Vlr Máx.Unit: 7,9000
			Cotação Máx.: 790,0000
00003 00000	15,00	UN	CAFE SOLUVEL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100 GRAMAS
			Vlr Máx.Unit: 7,0000
			Cotação Máx.: 105,0000
00004 00000	35,00	UN	CHA EM SACHES DE 10 GRAMAS CADA SACHE ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 10 SACHES DE SABORES SORTIDOS (PORAMGABA MACA CANELA PESSEGO CAMOMILA CIDREIRA IBISCO ETC)
			Vlr Máx.Unit: 2,1000
			Cotação Máx.: 73,5000
00005 00000	35,00	UN	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE NUMERO 103 DEVERA CONTERCADA EMBALAGEM 30 FILTROS
			Vlr Máx.Unit: 2,2900
			Cotação Máx.: 80,1500
00006 00000	165,00	UN	AGUA MINERAL GALAO DE VINTE LITROS COM TROCA DO GALAO
			Vlr Máx.Unit: 7,0000
			Cotação Máx.: 1.155,0000
00007 00000	8,90	N U	AGUA SANITARIA PERFUMADA ACONDICIONADAEM GALAO DE 05 LITROS PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 65,0000
			Cotação Máx.: 578,5000
00008 00000	12,00	UN	AMACIANTE DE ROUPAS ACONDICIONADO EM GALAO DE 5 LITROS PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 10,0000
			Cotação Máx.: 120,0000
00009 00000	60,00	UN	DESINFETANTE DE USO GERAL FLORAL ACONDICIONADOS EM GALAO DE 05 LITROS PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 9,9000
			Cotação Máx.: 594,0000

00010 00000	25,00	UN	SABONETE LIQUIDO (CREMOSO) ACONDICIONADO EM GALAO DE 05 LITROS FRAGANCIAS DED ERVA DOCE PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 18,9000
			Cotação Máx.: 472,5000
00011 00000	10,00	UN	RODO COM LAMINA DE PROLIPROPILENO E BORACHA COM LARGURA MINIMA DE 30 CM COM CABO DE MADEIRA
			Vlr Máx.Unit: 13,5000
			Cotação Máx.: 135,0000
00012 00000	130,00	UN	ALCOOL 70% EMBALAGEM COM 1000ML
			Vlr Máx.Unit: 5,2000
			Cotação Máx.: 676,0000
00013 00000	130,00	UN	ALCOOL LIQUIDO 96% EMBALAGEM DE 10000ML
			Vlr Máx.Unit: 4,9000
			Cotação Máx.: 637,0000
00014 00000	60,00	UN	SABAO EM PO DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM DE 01 KG PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 4,9900
			Cotação Máx.: 299,4000
00015 00000	60,00	UN	SAPONACEO CREMOSO EMBALAGEM COM NO MINIMO 300 ML PRODUTO DEVIDAMENTE COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 3,1000
			Cotação Máx.: 186,0000
00016 00000	6,00	UN	VASSOURA DE NYLON COM LARGURA MINIMA DE 30 CM E ALTURA MINIMA DAS CERDAS DE 09CM COM CABO DE MADEIRA
			Vlr Máx.Unit: 5,2000
			Cotação Máx.: 31,2000
00017 00000	6,00	UN	VASSOURA DE PALHA COM LARGURA MINIMA DE 30 CM COM CABO DE MADEIRA
			Vlr Máx.Unit: 18,0000
			Cotação Máx.: 108,0000
00018 00000	8,00	UN	BALDE PLASTICO CAPACIDADE MINIMA DE 10 LITROS COM ALCAS
			Vlr Máx.Unit: 7,2000
			Cotação Máx.: 57,6000
00019 00000	15,00	UN	CERA LIQUIDA INCOLOR EMBALAGEM COM 750 ML
			Vlr Máx.Unit: 5,9000
			Cotação Máx.: 88,5000
00020 00000	7,00	UN	DESENGORDURANTE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS PRODUTOS COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 5,2000
			Cotação Máx.: 36,4000
00021 00000	60,00	UN	DETERGENTE BIODEGRADAVEL ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 500ML CADA EMBALAGEM PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 1,2600
			Cotação Máx.: 75,6000
00022 00000	60,00	UN	ESPOMJA DE ACO ACONDICIONADAS EM PACOTES COM 08 UNIDADES
			Vlr Máx.Unit: 1,9000

Cotação Máx.: 114,0000			
00023 00000	7,00	UN	ESPONJA DUPLA FACE SENDO UM LADO VERDE E EUM LADO AMARELO ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM 03 UNIDADES
Vlr Máx.Unit: 3,2000			
Cotação Máx.: 22,4000			
00024 00000	15,00	UN	LIMPA VIDROS ACONDICIONADO EM GALAO COM 05 LITROS PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
Vlr Máx.Unit: 12,5000			
Cotação Máx.: 187,5000			
00025 00000	12,00	PARES	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO P E M
Vlr Máx.Unit: 4,2000			
Cotação Máx.: 50,4000			
00026 00000	13,00	UN	OLEO DE PEROBA EMBALAGEM DE 200ML
Vlr Máx.Unit: 7,9000			
Cotação Máx.: 102,7000			
00027 00000	48,00	UN	PEDRA SANITARIA ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS COM NO MINIMO 04 PEDRAS DE 30 GRAMAS CADA UMA, QUE SUPORTE NO MINIMO 30 RAJADAS DE DESCARGA PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA
Vlr Máx.Unit: 1,9000			
Cotação Máx.: 91,2000			
00028 00000	10,00	UN	PERFUMADOR DE AMBIENTE EMBALAGEM AEROSOL FRASC CONTENDO NO MINIMO 265 GRAMAS
Vlr Máx.Unit: 6,8000			
Cotação Máx.: 68,0000			
00029 00000	400,00	UN	COPOS PLASTICOS DESCARTAVEIS BRANCOS COM CAPACIDADE DE 180 ML CADA COPO ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLASTICAS COM 100 UNIDADES CADA EMBALAGEM TIRAS
Vlr Máx.Unit: 2,1000			
Cotação Máx.: 840,0000			
00030 00000	50,00	UN	COPOS PLASTICOS DESCARTAVEIS BRANCOS COM CAPACIDADE DE 50 ML CADA COPO ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLASTICAS COM 100 UNIDADES CADA EMBALAGEM TIRAS
Vlr Máx.Unit: 1,8000			
Cotação Máx.: 90,0000			
00031 00000	36,00	UN	PANO DE CHAO DE SACO ALVEJADO NAS MEDIDAS MINIMAS DE 40CM POR 70CM COM COSTURAS EM TODAS AS SUAS LATERAIS
Vlr Máx.Unit: 4,2000			
Cotação Máx.: 151,2000			
00032 00000	18,00	UN	PANO DE LOUCA EM TECIDO 100% ALGODAO NAS MEDIDAS DE 45X32X65CM
Vlr Máx.Unit: 7,2300			
Cotação Máx.: 130,1400			
00033 00000	40,00	UN	PANOS DE LIMPEZA MULTI USO NAS MEDIDAS MINIMAS 30CMX60CM
Vlr Máx.Unit: 4,2000			

			Cotação Máx.: 168,0000
00034 00000	50,00	Fardo	PAPEL HIGIENICO EM PAPEL BRANCO DE BOA QUALIDADE COM DELIMITACOES DE PICOTE SEM FUROS FOLHAS SIMPLES EM ROLO DE 30 METROS ACONDICIONADOS EM FARDOS CONTENDO 16 PACOTES COM 4 ROLOS CADA PACOTE TOTALIZANDO 64 ROLOS NO FARDO
			Vlr Máx.Unit: 15,0000
			Cotação Máx.: 750,0000
00035 00000	30,00	Fardo	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS COM DUAS DOBRAS COR BRANCA DE ALTISSIMA QUALIDADE CONFECCIONADO EM 100% DE FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM COM 1000 FOLHAS CADA FARDO
			Vlr Máx.Unit: 9,9000
			Cotação Máx.: 297,0000
00036 00000	15,00	BUBINA	TOLHAS DE PAPEL DUPLAS DE EXCELENTE QUALIDADE COR BRANCA FABRICADO EM 100% EM FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM EM BOBINA DE 20CM DE LARGURA COM 200 METROS DE COMPRIMENTO PRODUTO COM REGISGTRO NA ANVISA
			Vlr Máx.Unit: 102,0000
			Cotação Máx.: 1.530,0000
00037 00000	400,00	UN	TOALHAS DE PAPEL DUPLAS DE EXCELENTE QUALIDADE COR BRANCA FABRICADO 100% EM FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM EM BOBINA DE 20CM DE LARGURA COM NO MINIMO 55FOLHAS POR BOBINA SENDO ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM PLASTICAS COM 02 BOBINAS POR PACOTE
			Vlr Máx.Unit: 6,2000
			Cotação Máx.: 2.480,0000

ANEXO II

MODELO PROCURAÇÃO

PREGÃO Nº

Pelo presente instrumento particular de procuração _____ (nome da empresa), nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. _____ (nome do outorgado, profissão, nº da carteira de identidade), com poderes para representá-lo perante o Município de Vitor Meireles, no Pregão nº xx/xxxx, podendo participar das sessões realizadas, assinar propostas, bem como formular propostas verbais, decidir sobre desistência ou interposição de recursos, assinar atas, enfim, praticar todos os atos que se façam necessários ao cumprimento regular do presente mandato.

Local e Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ nº, estabelecida à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 20XX.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

E

ASSINATURA

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F.

(Nome da Empresa), CNPJ nº, estabelecida à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

_____, ____ de _____ de 20XX.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

E

ASSINATURA

